

DO SILÊNCIO À (RE)NASCENÇA: (RE)CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTO “NATALINA SOLEDAD”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

FROM SILENCE TO (RE)BIRTH: THE (RE)CONSTRUCTION OF SUBJECTIVITY IN THE SHORT STORY “NATALINA SOLEDAD” BY CONCEIÇÃO EVARISTO

DEL SILENCIO AL (RE)NACIMIENTO: (RE)CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD EN EL CUENTO “NATALINA SOLEDAD”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Gilneci Batista de Jesus¹
Murillo Cesar da Silva Silva²

RESUMO: O texto literário exerce indispensável função na sociedade uma vez que, de forma estética, transmite experiências e emoções humanas. Por meio de narrativas, disponibiliza aos leitores a oportunidade de refletir sobre a complexidade das relações, além de revelar questões relacionadas a problemas sociais, como a desigualdade, o racismo e o machismo. Nesse contexto, a noção de “escrevivência” constitui não somente um operador conceitual para expressar as vivências de mulheres negras, mas, sobretudo, uma ferramenta de luta e resistência. Nessa perspectiva, o presente ensaio, baseado em metodologia qualitativa de caráter bibliográfico, objetiva apresentar - a partir da análise do conto “Natalina Soledad”, parte integrante da obra “Insubmissas lágrimas de mulheres” (2016), de Conceição Evaristo (1946-) - a mudança de nome como promotora da (re)construção da subjetividade. Com essa proposta, constata-se que a leitura dessa narrativa viabiliza o entendimento de que decidir pela autonegação para libertar-se das marcas de um sistema sexista e opressor constitui um ato de resistência e renascimento.

2891

Palavras-chave: Escrevivência. Literatura. Patriarcado. Psicologia. Subjetividade.

ABSTRACT: Literary texts play an essential role in society as they aesthetically convey human experiences and emotions. Through narratives, they offer readers the opportunity to reflect on the complexity of relationships while also addressing issues related to social problems such as inequality, racism, and sexism. In this context, the concept of “escrevivência” serves not only as a theoretical tool to express the lived experiences of Black women but, more importantly, as an instrument of struggle and resistance. From this perspective, the present essay, based on a qualitative bibliographic methodology, aims to demonstrate - through the analysis of the short story “Natalina Soledad”, part of the collection *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) by Conceição Evaristo (1946-) - how the act of changing one’s name promotes the (re)construction of subjectivity. This analysis shows that reading this narrative enables an understanding that choosing self-naming as a means of freeing oneself from the marks of a sexist and oppressive system constitutes an act of resistance and rebirth.

Keywords: Escrevivência. Literature. Patriarchy. Psychology. Subjectivity.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ilhéus.

² Professor Orientador do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus. Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

RESUMEN: El texto literario cumple una función indispensable en la sociedad, ya que, de forma estética, transmite experiencias y emociones humanas. A través de las narrativas, ofrece a los lectores la oportunidad de reflexionar sobre la complejidad de las relaciones, además de visibilizar cuestiones vinculadas a problemáticas sociales como la desigualdad, el racismo y el machismo. En este contexto, la noción de “escrivência” se configura no solo como una herramienta conceptual para expresar las vivencias de las mujeres negras, sino, sobre todo, como un instrumento de lucha y resistencia. Desde esta perspectiva, el presente ensayo, basado en una metodología cualitativa de carácter bibliográfico, tiene como objetivo presentar - a partir del análisis del cuento “Natalina Soledad”, que forma parte de la obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016), de Conceição Evaristo (1946-) - cómo el cambio de nombre promueve la (re)construcción de la subjetividad. Con este planteamiento, se constata que la lectura de esta narrativa posibilita comprender que la decisión de autonombrarse, como forma de liberarse de las marcas de un sistema sexista y opresor, constituye un acto de resistencia y renacimiento.

Palabras clave: Escrivência. Literatura. Patriarcado. Psicología. Subjetividad.

DA ESCUTA À ESCRIVÊNCIA: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DA DOR

A literatura desempenha papel essencial na vida cotidiana, uma vez que expressa, esteticamente, ações e sentimentos humanos. Por meio de narrativas que possibilitam aos leitores o contato com a complexidade das vivências humanas, evidencia o impacto de violências sociais, como a pobreza, o preconceito racial e o machismo. Esse contato, proporcionado pelo texto literário a partir dos inúmeros recursos estilísticos, disponibiliza “[...] conexões simbólicas que suscitam reflexões sobre temas relacionados às mais diversas áreas do conhecimento [...]” (Luz; Silva; Argollo, 2025, p. 2293) e, assim, por intermédio de um universo constituído de elementos ficcionais que - muitas vezes - se mistura a traços (auto)biográficos, possibilita o entendimento da realidade vivencial.

Essa compreensão evidencia não somente a função estética da literatura, como também a cognitiva, já que a partir dela é possível construir o conhecimento acerca de temas sensíveis - como a violência em razão da raça, do gênero e da classe - e, por meio dessa construção, questionar e impedir atitudes que firam os direitos humanos e sociais. Assim, considerando-a um “[...] indispensável instrumento de reflexão e compreensão de questões de natureza [existencial] e psicológica [...]” (Luz; Silva; Argollo, 2025, p. 2295), a literatura desempenha tarefa substancial no processo de humanização.

A função humanizadora das produções literárias está relacionada, na perspectiva de Antônio Cândido (1995), à confirmação de aspectos considerados essenciais, como a atividade da reflexão, a obtenção do conhecimento, a solidariedade com o outro, a capacidade de ingressar nos conflitos da vida, entre outros. Dessa maneira, a literatura promove no ser humano o

desenvolvimento de uma parcela de humanidade, tornando-o mais aberto e compreensivo para a natureza, para o coletivo e para o semelhante. Todos esses aspectos, indispensáveis ao desenvolvimento da “quota de humanidade”, para dialogar com Cândido, são validados nas obras da escritora brasileira Conceição Evaristo (1946-).

Natural de Belo Horizonte, a autora de origem humilde e de etnia negra dedica-se, em sua extensa obra, à investigação das complexas relações entre raça, gênero e classe. Por meio da “escrevivência”, noção que, cunhada pela escritora, consiste em um “[...] neologismo resultante da fusão entre “escrever” e “vivência”, supera o caráter meramente narrativo de um eu - que se permite narrar-se - para promover, junto a sua voz individual, a emersão de vozes coletivas [...]” (Luz; Silva; Argollo, 2025, p. 2295). Diante disso, a escrevivência torna-se, pois, não apenas um operador conceitual para expressar as vivências de mulheres negras, mas, sobretudo, uma ferramenta de luta e resistência.

Uma das principais obras de Evaristo, intitulada “Insubmissas lágrimas de mulheres” (2016), constitui-se de contos que, segundo Costa e Hillesheim (2022), colocam em evidência protagonistas cujas experiências sinalizam maneiras de ser frente aos contextos de vulnerabilidade e de violência, mas ao mesmo tempo constroem estratégias de resistência as quais nos convidam à escuta dessas vozes e à compreensão dos percursos. Dessa maneira, percebe-se que essa escuta de vozes as quais - em meio às adversidades - resistem é conduzida pela escrevivência.

2893

Por meio da proposta de escrever vivências afetadas por atos intencionais que ferem a dignidade da pessoa humana, a produção escritural da autora e pesquisadora mineira “[...] não se intimida na escolha de imagens, metáforas e mesmo, cada sonoridade que permita a frase trafegar pelos ouvidos leitores — há sentenças que podem, e precisam, ser lidas em voz alta [...]” (Cruz, 2012, p. 257). Nesse sentido, a experiência textual evaristiana reclama uma dupla necessidade para a compreensão da violenta realidade experienciada por muitas mulheres: a leitura em voz alta e a escuta atenta e sensível.

Em “Insubmissas lágrimas de mulheres” não existe a possibilidade de promover “[...] o desvencilhamento das histórias, que são interligadas pela temática e pela origem que possuem. Na temática porque são histórias de mulheres, e na origem porque essas mulheres se propuseram a contar de si [...]” (Lima; Melo, 2018, p. 300-301). Nas narrativas de Conceição Evaristo, a impossibilidade da separação entre a temática explorada no texto ficcional e a experiência vivida por quem se propôs a compartilhá-la com a escritora faz com que esta experiencie a dor da personagem, uma vez que sentimento e narrativa se fundem.

A atitude de colocar-se no lugar do outro, ao se permitir sentir a dor da personagem, demonstra solidariedade e empatia. Essa postura evidencia que a vivência do outro atravessa, também, a da escritora, pois, “Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta [...]” (Evaristo, 2016 p. 7). O gesto de benevolência e de cuidado confirma o que Antônio Cândido (1995, p. 254), em “Direito à literatura”, profere a respeito da função humanizadora da arte literária: “[Ela] desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.”.

São diversas as subjetividades, muitas delas marcadas por diferentes tipos de violência, que Conceição Evaristo, por meio da “escrevivência”, transforma em narrativas e, assim, busca proporcionar - ao público leitor - o conhecimento acerca de vivências cuja dignidade, de alguma forma, é violada. Nas histórias, que ganham enredo a partir da escritura evaristiana, habitam “personagens ficcionais cuja construção existencial, muitas vezes, encontra-se vinculada a traumas e sofrimentos emocionais, mas também a histórias de luta e resistência.” (Luz; Silva; Argollo, 2025, p. 2297). Uma delas é narrada no conto “Natalina Soledad” (2016), que constitui a coletânea “Insubmissa lágrimas de mulheres”. Nesse conto, a personagem vivencia as dores de ser vítima do sistema patriarcal opressor, mas a ele resiste e (re)construe sua subjetividade.

2894

NATALINA SOLEDAD E A (RE)CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

O conto “Natalina Soledad” (2016) inicia-se com a disposição da narradora para escutar a história da “[...] mulher que havia criado o seu próprio nome [...]” (Evaristo, 2016, p. 19) e esse desejo de escuta, segundo ela, foi “[...] justamente pelo fato dela [a mulher] ter conseguido se automear.” (Evaristo, 2016, p. 19). Diante da possibilidade e da realização do ato de automear-se, que evidencia o ressurgimento de nova identidade como forma de resistência, a narradora, cujo vício consiste em colecionar histórias de mulheres que, em suas narrações, trazem vivências marcadas, muitas vezes, por violência, mas - ao mesmo tempo - superação, não se contém diante do que a espera. (Evaristo, 2016).

A decisão de promover a substituição do próprio nome para libertar-se do passado, atitude digna de apreciação, é apenas a resposta de uma sobrevivência à existência marcada pela imposição do sistema patriarcal. A trajetória da personagem que, como a de muitas da vida real, é construída a partir de rejeição e resiliência nesse sistema demonstra que “[...] a história de Natalina Soledad era muito maior e, como em outras, escolhi só alguns fatos, repito, elegi e registrei, aqui, somente estas passagens [...]”, esclarece a narradora (Evaristo, 2016, p. 19).

A grandiosidade da história não é somente porque “[...] ela conseguira se desfazer do nome anterior, aquele do batismo e do registro, para conceber um outro nome para si [...]” (Evaristo, 2016, p. 19), mas porque a (re)ssignificação em contexto de opressão patriarcal mostra que se constroem modos de subjetivação, bem como práticas e formações discursivas os quais promovem o posicionamento de mulheres em condições de vulnerabilidade e as possibilidades de resistência (Costa e Hillesheim, 2022).

O ambiente estruturado a partir dos princípios do patriarcado reforça o machismo e o sexismo por atribuir ao homem lugar de privilégio, colocando-o como ser superior e responsável pelo destino da mulher. Essa construção narrativa levou o patriarcado ao triunfo, que, segundo Simone de Beauvoir (1970, p. 97), “[...] não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta.”. De acordo com a autora, essa vitória possui raízes na gênese da humanidade, uma vez que, desde essa origem,

[...] o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. (Beauvoir, 1970, p. 97).

No contexto em que impera a soberania da masculinidade, a qual atribui à mulher o papel do Outro e a condena a dispor de uma força insatisfatória, conforme aponta Beauvoir, “Natalina Soledad, tendo nascido mulher, a sétima, depois dos seis filhos homens, não foi bem recebida pelo pai e não encontrou acolhida no colo da mãe.” (Evaristo, 2016, p. 19). Nessa passagem, evidencia-se a postura excludente do chefe de uma prole predominantemente masculina ao rejeitar a filha recém-chegada ao seio familiar, espaço onde deveria ocorrer o acolhimento.

Há de se destacar, também, a negação materna de amparo a um ser que, assim como ela, talvez esteja condenado a ter o destino entregue a escolhas de uma figura masculina. O desprezo da mãe parece refletir o comportamento típico de subserviência por medo de desagradar o marido, temendo que qualquer demonstração de afeto à filha seja compreendida como subversão à ordem estabelecida por ele, um “[...] homem, garboso de sua masculinidade, que, a seu ver, ficava comprovada a cada filho homem nascido, ficou decepcionado quando lhe deram a notícia de que o seu sétimo rebento era uma menina.” (Evaristo, 2016, p. 19).

O estado de submissão no qual a mãe se encontra, que a leva a não acolher a própria filha no colo, possui relação direta com o papel de dominador desempenhado pelo marido e alimentado pelo processo de doutrinação que reforça o discurso de que a mulher existe para ser

esposa, para dedicar-se à vida doméstica e para servi-lo (Zafalon; Zolin, 2013). Ao se colocar na posição de dominante/opressor, o homem considera-se a materialização da sublimidade, cuja justificativa está no fato de ele possuir um órgão genital que “[...] é posto pelo sujeito como si mesmo e outro que não si mesmo; a transcendência específica encarna-se nele de maneira apreensível e é fonte de orgulho [...]”. (Beauvoir, 1970, p. 63).

O motivo dessa vaidade relaciona-se com a existência de um falo que “[...] assume tão grande valor porque simboliza uma soberania que se realiza em outros campos.” (Beauvoir, 1970, p. 69). Na narrativa, o discurso em torno da supervalorização da genitália masculina, elemento associado à virilidade e à masculinidade, é observado na enunciação do personagem Arlindo Silveira Neto frente à frustração depois da notícia acerca do nascimento do sétimo rebento:

Como podia ser? — pensava ele — de sua rija vara só saía varão! Estaria falhando? Seria a idade? Não, não podia ser... Seu avô, pai de seu pai, mesmo com a idade avançada, na quinta mulher havia feito um menino homem. E todos os treze filhos do velho, nascidos dos casamentos anteriores, tinham nascido meninos homens. Seu pai, o mais velho dos treze, não havia seguido a mesma trajetória do velho Arlindo Silveira, tivera um único filho, ele. Mas também morreria cedo, antes dos vinte e, devido a esse fato, ele tinha mais lembranças do avô do que do pai. Fora criado pelo velho. Talvez, se Arlindo Silveira Filho tivesse vivido o mesmo tempo que o patriarca vivera, quem sabe não se igualaria ao outro, na façanha de conceber filhos machos, pensava Arlindo Silveira Neto. E ele, o neto mais velho, que tanto queria retomar a façanha do avô, vê agora um troço menina, que vinha ser sua filha. [...]. (Evaristo, 2016, p. 19-20, grifo nosso).

No primeiro momento, evidencia-se, no questionamento “Como podia ser?”, que atônito faz o personagem diante da vinda de uma menina, a atribuição da predominância masculina de sua prole ao perfeito funcionamento do aparelho fálco, já que, segundo ele, “de sua rija vara só saía varão!”. Nesse enunciado carregado de machismo, observa-se a relação da masculinidade com a ideia de perfeição, que se traduz no uso da exclamação como forma de não só enfatizá-la, a perfeição, como também de associar o corpo masculino à condição do que é saudável. Isso se comprova com o questionamento “Estaria falhando?”, sugerindo que o nascimento de uma menina decorre do mau funcionamento do falo.

No segundo momento, a supervalorização da masculinidade destaca-se a partir da referenciação à linhagem de genitores dos quais haviam nascido somente homens. Do avô, foi um do quinto casamento e, dos casamentos anteriores, treze. Desses treze, o mais velho, pai de Arlindo Neto, tivera um único filho, talvez não mais porque morreria cedo. Na esperança de que conseguisse retomar a proeza do avô, ele - o mais velho dos netos - “vê agora o troço menina, que vinha ser sua filha”. Aqui, identificam-se o nítido sexismo e o desprezo pela filha ao atribuir a ela o qualificador pejorativo “troço”, associando-a a uma coisa destituída de importância.

Na tentativa de buscar justificativas para a “suposta falha”, Arlindo Silveira Neto continua os questionamentos:

Traição de seu corpo? Ou, quem sabe, do corpo de sua mulher? Traição, traição de primeira! De seu corpo não podia ser, de sua rija semente jamais brotaria uma coisa menina. Sua mulher devia ter se metido com alguém e ali estava a prova. Uma menina! Só podia ser filha de outro! E, desde o nascimento da menina, Silveira Neto, que até então cumpria fielmente o seu dever de marido, — segundo a visão dele —, deixou de se aproximar da mulher, tomou nojo do corpo desobediente dela, do corpo traidor de sua esposa. E Maria Anita Silveira, entre lamentos e desejos, mal amamentou a criança. Descuidou-se propositalmente dela e até concordou que o pai nomeasse a filha de Troçoléia Malvina Silveira. [...]. (Evaristo, 2016, p. 19-20, grifo nosso).

Ainda inconformado com a situação, o personagem questiona se não seria o acontecimento uma traição de seu corpo, ou do corpo de sua mulher. Novamente, ele se coloca em lugar de superioridade, atitude tipicamente patriarcal, ao afirmar que não podia ser de seu corpo, uma vez que de sua rija semente não brotaria uma coisa menina. Nesse momento, a comparação da filha à coisa e a ofensa direcionada a mulher, acusada por ele de suposta infidelidade, caracterizam uma ação violenta e as reduzem (mãe/filha/mulheres) à condição de inumanidade, pois a violência “[...] trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.” (Chauí, 2011, p. 379). Vítima do ambiente machista e opressor, Maria Anita Silveira, em estado de passividade decorrente da violência patriarcal, carrega a culpa e a dor da rejeição do marido, que não mais se aproxima dela e sente repulsa por seu corpo desobediente e traidor.

2897

Para a criança, a sentença do patriarcado manifesta-se de duas formas, isto é, por meio das rejeições paterna e materna, bem como por meio do nome de batismo que lhe é atribuído: Troçoléia Malvina Silveira. Em relação à primeira, o peso maior de ser rejeitada é, certamente, o de deparar-se com o cerceamento do seu direito de filha a um colo acolhedor - no qual possa se sentir segura - e ao estabelecimento do vínculo afetivo mediante a amamentação, prática pouco realizada por Maria Anita Silveira.

O desprezo paterno baseado na concepção sexista da inutilidade de uma filha mulher na prole majoritariamente masculina, reforçada pelo qualificador pejorativo “coisa” conferido ao substantivo “menina”, passa a integrar o cotidiano da garota Silveira a qual “[...] crescia a contragosto dos pais. Solitária, aprendera quase tudo por si mesma, desde o pentear dos cabelos até os mais difíceis exercícios de matemática, assim como se cuidar no período dos íntimos sangramentos.” (Evaristo, 2016, p. 21). Aqui, percebe-se, portanto, que o aprendizado de tarefas básicas, o qual - durante o crescimento de uma menina - requer, sobretudo, o auxílio materno, não lhe é permitido.

E, dessa forma, cresce a garota buscando sobreviver em um ambiente machista no qual o pai, cuja função deveria ser a de acolhê-la e a de protegê-la, alimenta um sistema patriarcal evidenciada em sua atitude de busca por “[...] uma maneira de mantê-la longe, bem longe de casa. Nada de deixar alguma herança para ela. A coisa só pedia e merecia o esquecimento, a mãe também.” (Evaristo, 2016, p. 21). Essa postura retrata uma das formas de violência não-física, as quais, segundo Renato Francisquini (2017, p. 34-35),

[...] se desdobram em relações de poder e existem na medida em que algumas definições da situação, por serem parte da tradição e da cultura de uma comunidade que, por exemplo, compartilha uma mesma religião, são mais aceitas do que outras, construindo uma espécie de legitimidade para relações desiguais - que é, em última instância, o resultado de relações de poder, que definem quem tem o poder de propor e sustentar uma definição, e quem deve apenas se submeter.

No contexto da narrativa em destaque, a cultura que se coloca em posição de dominação é a do patriarcado, em que o pai, Silveira Neto, é quem, na relação desigual, detém o poder ao qual a filha e a esposa menosprezadas estão submetidas. A violência evidenciada no conto, ainda que não exercida por meio da agressão física, afeta a subjetividade, deixando cicatrizes que podem acompanhar a vítima por longo tempo.

Já a segunda forma da sentença patriarcal, a qual realça o desprezo paterno em razão do gênero, encontra-se relacionada à atribuição depreciativa do nome à criança, ao denominá-la de Troçoléia Malvina Silveira. Nos dois primeiros nomes, nota-se, a partir de uma análise semântica, a carga pejorativa como indicador de rejeição e infortúnio. Isso porque, no prenome “Troçoléia”, é reforçado o qualificador “Troço” utilizado pelo pai como designação de “coisa”, cujo sentido está associado, no contexto de opressão, a um ser destituído de valor.

Não bastasse a designação vilipendiosa do prenome, Silveira Neto parece buscar, também, associar a filha, nascida em uma prole de herdeiros predominantemente masculina, ao desfortúnio. Isso se evidencia na relação do prenome “Troçoléia” à denominação “Malvina”, em que - baseando-se na postura sexista do personagem - o designativo “Malvina” sugere o nascimento da personagem como um “Mal”, ou seja, como uma espécie de desventura. Em meio a essa atmosfera de rejeição, somente “[...] na ambiência escolar, ao ser vítima dos deboches dos colegas, que a menina Silveira atinou com a carga de desprezo que o pai e a mãe lhe devotavam e que se traduzia no nome que lhe haviam imposto.” (Evaristo, 2016, p. 21-22).

Do pai, a filha “[...] só herdou o Silveira no sobrenome, porque a ausência desse indicador familiar poderia levantar a suspeita de que algo desonroso manchava a autoridade dele.” (Evaristo, 2016, p. 20-21). Aqui, evidencia-se, pois, a preocupação do patriarcado com a reputação, atitude que, no cenário de exclusão manifestada de diversas maneiras, promove a

anulação da personagem enquanto ser humano. Todavia, em meio a situações de fragilidade e de exposição à violência, é possível, conforme apontam Costa e Hillesheim (2022), traçar um caminho de resistência.

Inicialmente, o ato de resistir ocorre por meio da apreensão do conhecimento. Educar-se é um processo que permite ao indivíduo livrar-se de um sistema opressor; todavia, a “[...] liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. [...]” (Freire, 2005, p. 37). Assim, “Dos cadernos e dos livros velhos desprezados pela prole masculina [...], ela recolhia suas lições.” (Evaristo, 2016, p. 21). Em busca dessa liberdade e da resistência por meio da educação, “Silveirinha, como era chamada por alguns, de maneira autodidata, ia construindo seu aprendizado e ganhando uma sapiência incomum para a sua idade”. (Evaristo, 2016, p. 21).

Não somente por meio da educação Silveirinha buscava libertar-se e resistir, mas também por meio de uma equivalente resposta à rejeição dos pais. Dessa forma,

Cultivar um sentimento de desprezo [por eles], na mesma proporção em que eles não lhe ofereciam nenhum abraço de resguardo, se tornou, para a menina Silveira, um modo simultâneo de ataque e defesa. Ostensivamente, ignorava a presença dos dois, não só na intimidade familiar, mas fora dela também. Dentro de casa, muitas vezes tateava o espaço como se estivesse no escuro, ou melhor, no escuro estava, pois andava de olhos fechados quando percebia qualquer proximidade dos dois. Não suportava vê-los. Recusava sentar-se à mesa, alimentava-se no quarto ou na cozinha e, como uma sombra, quase invisível, transitava em silêncio, de seu quarto ao banheiro e à cozinha, mesmo entre os seus irmãos. Da voz, da fala de seus familiares, não criou necessidade alguma. (Evaristo, 2016, p. 22-23).

O sentimento de desprezo pelos pais nutrido por Silveirinha evidencia o mecanismo não apenas de ataque, como também de defesa em um ambiente que submete o ser humano à condição de insignificância, sobretudo quando essa atitude ocorre em função do gênero. Nesse sentido, esse mecanismo constitui, também, um dos aspectos da resistência, já que ela consiste em “[...] uma força, uma energia, um instrumento de controle de uma realidade difícil [...], [a partir do qual o indivíduo se imobiliza] para não se permitir ser invadido.” (Ribeiro, 2007, p. 77-78).

Esse controle vai possibilitar à personagem a ressignificação de sua identidade, ao canalizar sua energia a um propósito. Ela desejava “Inventar para si outro nome. E, para criar outro nome, para se rebatizar, antes era preciso esgotar, acabar, triturar, esfarinhar aquele que lhe haviam imposto.” (Evaristo, 2016, p. 23-24). Nota-se que, embora o propósito estabelecido pela personagem seja urgente, ela possui a necessidade de desvincula-se do passado de tal maneira que não sobre nenhuma lembrança. Dessa forma, “Pacientemente, a menina

Silveirinha esperou. A moça Silveirinha esperou. A mulher Silveirinha esperou.” (Evaristo, 2016, p. 24).

É interessante destacar, nos três últimos períodos, um recurso de expressividade literária por meio da repetição do enunciado “... Silveirinha esperou”, que evidencia o alargamento do tempo para a renascença. Essa extensão temporal é reforçada no enunciado “... Silveirinha esperou” pela sequência dos três núcleos do sujeito (“menina”/“moça”/“mulher”), os quais se encontram relacionados às respectivas fases da vida: infância, adolescência e idade adulta.

A sabedoria da espera e a apreensão do conhecimento proporcionam à personagem a possibilidade de um novo nome, de um novo rebatismo. Assim, diante da certeza de que o saber promove a aquisição de poder e a tomada de decisões assertivas, “Em suas leituras, das mais diversas, entendia que o direito que ela havia desejado desde criança, na prática, existia.” (Evaristo, 2016, p. 24). Essa é a nítida constatação de que a interação com os mais variados tipos de leitura viabiliza uma visão de mundo não limitada, a partir da qual é permitido ao indivíduo reconhecer os seus direitos. É com base nisso que a personagem tomou ciência de que,

Aos dezoito anos — dizia para ela mesma — toda pessoa, vítima de seu próprio nome, pode trocá-lo. Mas Silverinha, somente aos trinta, decidiu. Nem ela sabia explicar por que aguardou tanto tempo. Talvez — penso eu —, apesar de tudo, por um inexplicável respeito aos pais. Sim, pois só depois que os dois, vítimas de um desastre de carro, morreram, foi que Silveirinha tomou a decisão. Rumou ao cartório para se despir do nome e da condição antiga. (Evaristo, 2016, p. 24-25).

2900

Assegurada do direito que lhe permite a alteração do nome, Silveirinha decide abdicar de todo o seu passado, abrindo mão da parte da herança, bem como “[...] da incorporação do sobrenome familiar — Silveira — ao seu novo nome.” (Evaristo, 2016, p. 25). Assim, alimentada pela alegria, que durante muito tempo estivera aprisionada no ambiente sexista e opressor, a personagem, ao ouvir do escrivão “[...] qual nome adotaria, se seria mesmo aquele que aparecia escrito na petição de troca, [...] respondeu feliz e com veemência na voz e no gesto: Natalina Soledad.” (Evaristo, 2016, p. 25).

Evidencia-se, portanto, que, diferentemente do nome de batismo “Troçoléia Malvina”, o qual a colocava, devido à carga semântica pejorativa, em condição de inumanidade no contexto patriarcal, o novo nome realça o aspecto de valorização da pessoa humana. Isso porque a designação “Natalina Soledad” apresenta, no prenome (“Natalina”), relação semântica com o substantivo “Natal”, evento que, na tradição cristã, celebra o nascimento de Jesus Cristo.

Já o segundo, “Soledad”, não só está associado à “solidão”, momento pelo qual passou a personagem, como também possui relação com a Virgem Maria, que, na mesma tradição, é sinônimo de dor, solidão e, sobretudo, resiliência. No contexto da personagem Natalina

Soledad, a escolha e a mudança do nome constituem um ato de resistência. Não somente isso: é uma atitude que abala as estruturas do sistema patriarcal opressor, evidente na rejeição da inserção do sobrenome familiar no processo de autonegação, e promove a (re)construção da subjetividade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995. p. 253-263.

CHAUI, Marilena. Ética e Violência no Brasil. **Revista Bioethikos** - Centro Universitário São Camilo - 2011; 5(4):378-383. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2025.

COSTA, S. A.; HILLESHEIM, B. Ser Mulher Negra: Existência e Resistência nos Contos de Conceição Evaristo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, ago. 2022; v. 22, n. 2, 505-522.

CRUZ, Adélcio de Sousa. Conceição Evaristo – Insubmissas lágrimas de mulheres (resenha). **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n.39, jan./jun. 2012, p. 255-258. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/wtdkQJzwJVtYysmDQj9SznQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2025.

EVARISTO, C. Natalina Soledad. In.: EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2016, p. 19-25.

FRANCISQUINI, Renato. **Violência e sociedade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito, Superintendência de Educação à Distância, 2017. 80 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LIMA, Ana Carla da Silva; MELO, Henrique Furtado de. EM NOME DA VIOLÊNCIA: UMA LEITURA DE NATALINA SOLEDAD, DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **REVELL** - ISSN: 2179-4456 - 2018 - v.3, n.º. 20, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6862914.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

LUZ, Juciara Santana da; SILVA, Murillo Cesar da Silva; ARGOLLO, Lahiri Lourenço. MARCAS DO TRAUMA: SONHO E SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM “LÍBIA MOIRÃ”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**. DOI.: doi.org/10.51891/rease.viii.17965. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17965/10319>. Acesso em: 1 jun. 2025.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. A Resistência Olha a Resistência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2007, Vol. 23 n. especial, pp. 073-078. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ByfX8pRYy7pBz5GhkRwCwdq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ZAFALON, Míriam; ZOLIN, Lúcia Osana. A representação/(des) construção da submissão feminina em “A tia”, de Helena Parente Cunha. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 24, 183-196, DEZ/2013. Acesso em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/56767/99097/175412>. Acesso em: 30 mai. 2025.